



CENTRO DE TRABALHO
Carapás
1214
INDIGENISTA



VII CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR COMUNIDADE EUROPÉIA/ AMÉ-
RICA LATINA; VII CONFÉRENCE INTERPARLÉMENTAIRE COMMUNAUTÉ
EUROPÉENNE/AMÉRIQUE LATINE; VII CONFERENCIA INTERPARLAMEN-
TARIA COMUNIDAD EUROPEA/AMERICA LATINA; VII EUROPEAN COM-
MUNITY/LATIN AMERICA INTERPARLIAMENTARY CONFERENCE

16 - 20 de junho de 1985

BRASILIA

ATA FINAL

20 de junho de 1985

CONF/VII/ATA FINAL



CT102079

Índice

Página

Procedimento	3
Organização dos Trabalhos	4
Declaração Conjunta	
I. Dos Princípios	6
II. Da Solução das Controversias	7
III. Do Endividamento	8
IV. Da Protecção ao Meio Ambiente	10
V. Da Democratização	11
VI. Dos Direitos Humanos	12
VII. Da Cooperação Comunidade Européia/América Latina	13
O Instituto Euro/Latino-Americano	14

PROCEDIMENTO

1. As delegações do Parlamento Latino-americano e do Parlamento Europeu reuniram-se em Brasília, de 16 a 20 de junho de 1985, na Sétima Conferência Internarlamentar Comunidade Européia/América Latina. As conferências anteriores foram realizadas em Bogotá (julho de 1974), Luxemburgo (novembro de 1975), México (julho de 1977), Roma (fevereiro de 1979), Bogotá (janeiro de 1981) e Bruxelas (junho de 1983).

2. O Parlamento Latino-americano esteve representado pelas delegações dos seguintes países¹: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Honduras, México, Antilhas Holandesas, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

3. A delegação do Parlamento Europeu se compunha de membros representantes de todos os grupos políticos da Instituição¹.

4. A sessão solene de abertura contou com a presença do Sr. José SARNEY, Presidente da República Federativa do Brasil.

Discursaram ao longo da cerimônia os Srs. Nelson CARNEIRO, Presidente do Parlamento Latino-americano, e Pierre PELIMLIN, Presidente do Parlamento Europeu - co-presidentes da Conferência -, a sra. Susanna AGNELLI, Presidente em exercício do Conselho de Ministros das Comunidades Européias, e o Sr. Peter SUTHERLAND, membro da Comissão das Comunidades Européias.

5. Da sessão de abertura participaram também o Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, deputados e senadores do Parlamento brasileiro, e representantes do Corpo Diplomático.

6. Representantes das Cortes Gerais da Espanha e do Parlamento português participaram da Conferência na qualidade de observadores.

7. Um membro do Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias assistiu pela primeira vez à Conferência.

8. Membros do Parlamento chileno dissolvido participaram igualmente da Conferência na qualidade de observadores. Da mesma forma participou, como representante da União Interparlamentar (UIP), o senador Ruben CARPIO CASTILLO.

9. O Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-americano expressaram sua gratidão ao novo e ao Governo da República Federativa do Brasil, aos governos estaduais, às assembleias legislativas e às autoridades locais por sua hospitalidade e por seu apoio à organização da Conferência. Agradeceram também à população e às Assembleias Estaduais do Rio de Janeiro, Pará, Maranhão e Goiás, que se dispuseram a recebê-los após o encerramento dos trabalhos.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

10. A Sétima Conferência foi presidida pelo Sr. Nelson CARNEIRO, Presidente do Parlamento Latino-americano, e pelo Sr. Pierre PFLIMLIN, Presidente do Parlamento Europeu.

11. Os trabalhos foram dirigidos pelo Sr. Nelson CARNEIRO, Sr. Pierre PFLIMLIN, Sr. Giosuè LIGIOS e pelo Sr. Alf LOMAS, Co-Presidentes da Delegação Parlamentar Europeia.

12. A Secretaria-Geral da conferência foi exercida pelos Secretários

rios Gerais dos dois Parlamentos:

13. Em comum acordo, os dois Bureaux Parlamentares, o Latino-americano e o Europeu, incluíram quatro tópicos na pauta.

14. Os assuntos sobre integração econômica foram tratados em reuniões plenárias pelos dois Bureaux Parlamentares, sob a presidência da Sra. Jeanette OPPENHEIM (PE 97.099/def.) e pelo Sr. Milton CABRAL (PE 98.342).

15. O Sr. Sylvester BARRETT e o Sr. Humberto PELAEZ apresentaram trabalhos sobre o meio ambiente (PE 96.742/def. e PE 98.344 respectivamente), e o Sr. Cleto RAUBER apresentou um trabalho (Conf./VII/DOC. 4) sobre a degradação do meio ambiente marinho no Atlântico Sul. A Sra. Marcelle LENTZ-CORNETTE apresentou igualmente um documento de trabalho sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Dr. Paulo NOGUEIRA NETO, especialista em ecologia, falou sobre o assunto Meio Ambiente no Brasil.

16. A dívida externa foi tratada em trabalhos apresentados pela Sra. Carla BARBARELLA (PE 97.199/def.), pelo Sr. PRATINI DE MORAIS (PE 98.343) e pelo Sr. Luis LEON. (CONF./VII/Doc. 2).

17. Direitos humanos e democracia foram temas dos trabalhos apresentados pelo Sr. Jas GAWRONSKI (PE 96.678/rev. II) e pelo Dr. Enrique E. TARIGO, (CONF./VII/Doc. 1).

18. Foram também apresentados trabalhos sobre desemprego na América Latina pelo Sr. Cid SAMPAIO, e sobre problemas demográficos na América Latina pelo Sr. Francisco ROLLEMBERG (PE 98.345)

19. O Sr. LANGES e o Sr. LINKOHR apresentaram uma introdução para a Conferência (PE 97.125/def.).

20. A Conferência solicitou aos Presidentes dos Parla-mentos Europeu e Latino-americano para tomarem as providências neces-sárias ao cumprimento das disposições desta Ata Final.

21. A Conferência solicitou também a ambos os Presidentes para tomarem todas as providências que julgassem adequadas para for-talecerem os laços entre os dois parlamentos. O Parlamento Eu-ropeu fez um convite cordial para realizar a Oitava Conferência Interparlamentar Parlamento Europeu e Parlamento Latino-ameri-cano na Comunidade Européia em data e local a serem decididos no momento devido pelas autoridades competentes dos dois par-lamentos.

A Conferência anotou a proposta das delegações de observadores da Espanha e de Portugal de realizar a próxima conferência, de- pois da adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Européias, ou em Lisboa ou em Madrid. A Conferência solicitou a ambos os presidentes, com aprovação de seus respectivos bureaux, para tomarem as primeiras providências com relação ao assunto.

22. A Sétima Conferência Interparlamentar Comunidade Européia /América Latina aprovou a seguinte declaração conjunta:

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A VII CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DA COMUNIDADE EUROPÉIA/AMÉRICA LATINA

I. DOS PRINCÍPIOS

23. reafirma os princípios estabelecidos na Ata Final da VI Conferência In-terparlamentar de Bruxelas em 1983 com respeito:

- à construção de uma ordem pacífica estável e à rejeição da força como meio político;
- à crença na democracia pluralista livre, baseada em

- eleições livres, no preceito da justiça e na liberdade do poder judiciário;
- ao respeito ilimitado aos direitos humanos;
- ao estreitamento da cooperação cultural, econômica, política, social, e de políticas de desenvolvimento entre a Comunidade Européia e a América Latina;
- ao apoio a uma política de justiça social, principalmente de reforma agrária;
- à proteção ao meio ambiente contra a exploração irresponsável dos recursos naturais.

II. DA SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS

A VII Conferência Interparlamentar

24. demonstra sua satisfação pelo fato de que os conflitos internacionais (Canal de Beagle) estão sendo resolvidos cada vez mais mediante negociações, porém continua preocupada com o prosseguimento das tensões, principalmente na América Central, Malvinas e Atlântico Sul.

25. por isso, exige a observância do princípio da não-ingêrência nos assuntos internos dos países e condena, portanto, todos os tipos de desestabilização, todas as formas de presença militar estrangeira, ameaças de intervenção e pressão econômica de qualquer tipo;

26. apóia a iniciativa de paz de CONTADORA com seu duplo enfoque de desenvolvimento democrático interno e eliminação controlada dos campos de conflito na América Central para a pacificação dessa região, e acolhe com agrado o apoio a essa iniciativa oferecido, entre outros, pelo Parlamento Europeu, pelo Conse-

lho Europeu, pela Comissão das Comunidades Europeias e pela Conferência dos Ministros de Relações Exteriores da CE, da Espanha, de Portugal e da América Central, em São José da Costa Rica (1984), bem como pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Parlamento Latino-Americano, e conclama os Estados Unidos e a Nicarágua a reiniciarem as conversações bilaterais com vistas à normalização de suas relações. Da mesma maneira, é no diálogo regional que está o instrumento que oferece as melhores oportunidades para alcançar a paz;

27. considera a redução do arsenal de armas ora existente como importante condição prévia para minorar as tensões;
28. condena toda forma de terrorismo.

III. DO ENDIVIDAMENTO

A Conferência Interparlamentar

29. ressalta que o endividamento externo dos países latino-americanos é um problema com aspectos políticos, econômicos e sociais, cuja solução interessa tanto a países devedores como à comunidade das nações;
30. mostra-se insatisfeita com a política do FMI e dos bancos privados internacionais, que, impondo aos países latino-americanos uma política de redistribuição mal orientada, impossibilita o desenvolvimento de seus mercados internos;
31. sublinha a estreita correlação existente em cada país entre o desenvolvimento econômico, a estabili

...idade política e social e o respeito aos direitos
...humanos, e considera inadmissível a política do
...FMI de impor às jovens democracias da América
...Latina uma rigorosa política orçamentária, que é
...motivo para que sejam tomadas medidas impopulares
...anti-sociais, que, por sua vez, provocam crescen-
...tes perturbações sociais;

32. está convencida, portanto, de que uma solução dura-
...para a crise do endividamento reside na retoma-
...da do diálogo Norte-Sul, em cujo contexto deverá
...ser:

- reconstituída a estabilidade do sistema monetário internacional
- promovido o desenvolvimento do comércio,
- implantada uma reforma dos organismos financeiros
...multilaterais e, por conseguinte, sejam criadas as
...bases para um crescimento econômico mais equilibrado
...a nível mundial;

33. enfatiza a necessidade que têm os países latino-ame-
...ricos de reduzirem a evasão de capital;

34. espera, portanto, que as práticas protecionistas se-
...jam abandonadas. Isto, por exemplo, deveria ocorrer
...por ocasião da próxima rodada de negociações do
...GATT, na qual também deverão ser incluídos os países
...em desenvolvimento; paralelamente deverão realizar-se
...debates conjuntos que levem à reforma do sistema
...monetário internacional;

35. além disso, é de opinião que a Comunidade Européia
...deveria comprometer-se em todos os foros internacio-
...nais a apoiar o diálogo político global entre os paí-
...ses latino-americanos e os países industrializados;

36. destaca a importância e as vantagens em termos de
...estabilidade que o desenvolvimento da Unidade Mone-
...tária Européia (ECU) apresenta nos intercâmbios
...financeiros entre Europa e América Latina, tanto
...públicos quanto privados.

37. é de opinião, que a curto prazo, se deverá achar uma res-
...posta urgente ao problema do endividamento, a fim de
...permitir que a necessária redução dos serviços das
...dívidas dos países da América Latina se realize den-
...tro de uma estrutura compatível com seu desenvolvi-

mento social e econômico, e solicita, portanto, que nas negociações de re-escalonamento da dívida com o FMI se incluam critérios de compatibilidade. Nenhum país em desenvolvimento deve ser obrigado a dar mais do que 20% de seus ganhos com exportações para pagamentos relativos à dívida. Deverá ser fixado um teto para as taxas de juros a níveis preferenciais para os países em vias de desenvolvimento.

38. chama a atenção para o papel que a Comunidade Europeia deve desempenhar no sentido de trabalhar para uma redução das taxas de juros

39. em vista da necessidade do ingresso de novos capitais estáveis para a América Latina, convoca os governos dos Estados membros da CE e da América Latina a criarem um banco euro-latino-americano e recomenda a ampliação das atividades do Banco Europeu de Investimentos para a América Latina.

IV. DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

A Conferência Interparlamentar

40. sublinha que a proteção e o aproveitamento racional dos recursos naturais são condições prévias para o desenvolvimento econômico e o bem estar das populações;

41. pronuncia-se a favor de uma cooperação em larga escala no campo da proteção ao meio ambiente entre as duas regiões, para que, em conjunto, alcancem soluções para ambas as partes e recomenda a cooperação entre todos os países no que se refere ao meio ambiente, que se evite a destruição do meio ambiente desde o início, em vez de tentar reparar os estragos de grande escala, deve ser feito um estudo de compatibilidade do meio ambiente, indicando claramente os efeitos do projeto sobre este;

42. convida todos os países envolvidos a ratificarem o Acordo Internacional sobre Florestas Tropicais (1983)

43. solicita que se convoque para 1986 uma conferência sobre os problemas de proteção ao meio ambiente na Europa e América Latina, como já foi solicitado em

1983 pela Conferência Interparlamentar de Bruxelas. Esta Conferência deveria, entre outras coisas, ocupar-se com os seguintes temas : proteção da atmosfera, depósitos e reciclagem de lixo industrial e urbano, exploração e proteção da floresta amazônica. Em especial deve ser valorizada a cooperação no campo da pesquisa, da instrução, e da informação, bem como a compatibilização ambiental no caso de projetos de desenvolvimento.

V. DA DEMOCRATIZAÇÃO

A Conferência Interparlamentar

44. acolhe com satisfação o fato de o processo de democratização na América Latina ter feito nítidos progressos desde a Sexta Conferência Interparlamentar, e em todos os países, eleições livres e pluralistas são consideradas um decisivo critério de legitimação dos governos;

45. acolhe com satisfação o intercâmbio de observadores para as eleições na Europa e América Latina e ressalta a importância da assistência técnica dos Estados Membros da Comunidade Européia durante a realização de eleições em alguns países da América Latina e ressalta ainda a necessidade do fortalecimento das relações entre os partidos políticos das duas regiões;

46. exprime, porém, a sua preocupação com a crescente deterioração da situação econômica, o crescente endividamento externo e a ausência de espaço para as reformas sociais, que poderia por em perigo a consolidação das democracias tradicionais ou "novas";

47. manifesta seu repúdio aos regimes ditatoriais ou autoritários ainda existentes na América Latina e exige que em toda a parte os povos tenham o direito de decidir em eleições livres, sem exclusão de nenhum partido, sobre seu destino político;

48: ratifica o artigo 27 da declaração final de
Bruxelas (1983),

49: recomenda aos governos que estejam em processo de
elaboração de suas constituições políticas que estas
reflitam um consenso nacional mediante consideração
de todos os segmentos políticos, sociais e econômicos
dos países em questão.

VI. DOS DIREITOS HUMANOS

A Conferência Interparlamentar

50. reafirma o princípio da indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos do ponto de vista político, civil e econômico-social, e pede que os problemas específicos da Mulher sejam tomados em consideração.

51. acolhe com satisfação o fato de que em toda a parte onde os processos democráticos, baseados na lei, foram bem sucedidos a situação dos direitos humanos melhorou nitidamente;

52. expressa sua preocupação sobre o fato de que, tanto na América Central como na América do Sul, muitas pessoas ainda são vítimas do terror, da violência, da arbitrariedade do Estado e de conflitos semelhantes à guerra civil;

53. pede uma ação determinada para combater a tortura e a opressão de minorias étnicas ou culturais;

54. exige que as vítimas da violência e suas famílias, bem como os refugiados, sejam abrangidos com prioridade pelas medidas humanitárias de assistência;

55. condena a continuação de desaparecimentos e exige que seja dado apoio aos membros das famílias dos desaparecidos e que os responsáveis por esses crimes sejam julgados,

56. condena a prática de expulsão de cidadãos de seu próprio país ou de negar-lhes permissão para retornar, e declara-se em favor do direito de cada cidadão viver em sua pátria;

57. exige a aplicação do direito de formação de partidos políticos e seu acesso aos meios de comunicação de massa e condena toda censura à imprensa;

58. nega a existência de delitos de opinião susceptíveis de se transformarem em prisões e perseguições, decorrentes exclusivamente de diferenças de opinião.

VII. DA COOPERAÇÃO COMUNIDADE EUROPÉIA/AMÉRICA LATINA

A Conferência Interparlamentar

59. acolhe com satisfação a conclusão da ampliação da Comunidade Européia para o Sul e espera que a Espanha e Portugal contribuam para um aprofundamento das relações entre a Comunidade Européia e América Latina;
60. espera uma reativação do comércio entre a América Latina e os países membros da Comunidade Européia e lastima a redução ocorrida;
61. acolhe com satisfação a conclusão do Acordo de Cooperação da Comunidade Européia/Pacto Andino (1983); espera, porém que esse acordo, que ainda não entrou em vigor, bem como os acordos já existentes com México e Brasil, sejam finalmente implementados, e convida a Comissão a preparar os termos de um acordo de cooperação com a Argentina e o Uruguai;
62. vê nas diretrizes da comissão da CE, sobre ajuda e cooperação, princípios positivos para uma substancial melhora nas relações entre a CE/América Latina sobre os aspectos político, econômico, cultural, ambiental e de política de desenvolvimento;
63. destaca a importância de uma cooperação estreita com os organismos não governamentais particularmente no que concerne ao desenvolvimento rural;
64. manifesta satisfação pelo fato de que o diálogo político e econômico iniciado na Conferência dos Ministros do Exterior da CE, da Espanha, de Portugal e dos países da América Central, em São José da Costa Rica em 1984, continuará no outono de 1985 e espera uma institucionalização desses contatos baseados num claro mandato, e acolhe com satisfação a recomendação da Comissão da CE com relação à conclusão de um acordo de cooperação entre a CE e os países da América Central;
65. apóia todas as formas de cooperação regional (por exemplo Mercado Comum Centro-Americano/Pacto Andino, etc.) e expressa seu desejo de que, seguindo o exemplo do Pacto Andino e da Comunidade Européia, se chegue a outras instâncias de integração econômica e política baseadas em princípios democráticos e no domínio da lei;

O Instituto Euro-Latino-Americano

66. A Conferência Interparlamentar ratifica a decisão tomada em Bruxelas em 1983, de fundar um instituto euro-latino-americano sob a forma de uma fundação de utilidade pública, que sirva como instrumento para a cooperação cultural, política, econômica, científica e tecnológica entre as duas regiões. A sede latino-americana será em Brasília, e a européia, em Madrid. A base jurídica das duas partes integrantes do Instituto será regulada de acordo com as determinações legais destes dois países. Ambas as partes serão unidas por um Conselho Parlamentar, constituído respectivamente de quatro membros de ambos os Parlamentos, o Europeu e o Latino-Americano. O Conselho Parlamentar determinará os princípios e as diretrizes do Instituto. O Instituto deverá realizar em breve uma conferência sobre o problema do endividamento.
67. O Instituto se encarregará ainda de preparar, através de estudos aprofundados, um debate sobre os problemas específicos da Mulher no âmbito da Próxima Conferência Interparlamentar CE/América Latina.
68. A VII Conferência Interparlamentar espera que os compromissos contidos nesta Ata sejam tomados em consideração e postos em prática pelas instâncias decisórias na América Latina e na Europa (governos nacionais, Conselho de Ministros e Comissão CEE); espera, ainda, que as duas instâncias parlamentares vejam seu papel em matéria de decisão e controle fortalecido, para que sua ação conjunta se torne mais eficaz.

(1) A lista dos participantes já foi distribuída.

Sarney abre hoje a Conferência Interparlamentar

O presidente José Sarney abre hoje a VII Conferência Interparlamentar Comunidade Européia — Latino-Americana, às 18 horas, no auditório Petrólio Portella, no Senado Federal. São quase trezentos participantes entre oradores, observadores e convidados que debaterão a questão da dívida externa, proteção do meio ambiente e problemas da América Latina. A Conferência deve seguir até o dia 18 para depois ter início o Parlamento Latino-Americano.

Os países membros do Parlamento Latino-Americano presentes são a Argentina, Antilhas Holandesas, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Na Conferência do parlamento Panamá, Nicarágua e Guatemala estão como observadores, e irão pedir sua readmissão. Porto Rico e Cuba solicitarão seu ingresso enquanto que o Chile, Guianas e Haiti, Trindade Tobago e Cabo Verde estarão presentes observando os debates.

Dentro da comunidade européia são Estados membros a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal, en-

quanto que a Espanha vem com seus parlamentares na condição de observadores, mas já está sendo admitida no Parlamento Europeu.

Conforme declarou o presidente do Parlamento Europeu, Pierre Pflimlin, que esteve ontem em visita ao Congresso Nacional "na VII Conferência Interparlamentar iremos buscar entendimentos de modo que a Comunidade européia possa colaborar com os latino-americanos". Disse ainda que o Parlamento europeu conhece os problemas da América Latina e estudaremos uma forma de cooperação".

A declaração de Pierre Pflimlin foi durante o encontro que manteve com o presidente da Câmara Federal, deputado Ulysses Guimarães. Logo depois seguiu para o Senado quando manteve contato com o presidente do Senado, José Fragelli.

Também estava presente ao encontro, o secretário-geral do Parlamento Latino, senador peruano, Andrés Townsend, que defendeu a "união dos latino-americanos como força para manter conversações com os credores", mas afastou qualquer intenção de apoiar uma proposta de greve de devedores, afirmando que "uma decisão desse tipo traria sérios problemas para esses países".

Jornal de Bra- sília

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1985

A reforma que mata

Foto de Raimundo Gomes



A «lei do cão» ao norte de Goiás, oeste do Maranhão e sul do Pará, em função de conflitos armados entre posseiros, índios, garimpeiros, jagunços, policiais e religiosos, por questão de terras, chega hoje para discussão e análise ao Congresso Nacional, através de parlamentares europeus, que pretendem relatar a dramática situação em que vive a

população daquela região. Ao grupo de parlamentares da Europa irão se juntar a antropóloga Iara Ferraz, da Companhia Vale do Rio Doce e o pesquisador de campo Raimundo Gomes. Dessa reunião com os deputados brasileiros Arthur Virgílio (PMDB-AM); Ademar Andrade (PMDB-PA); José Genoíno (PT-SP) e Jacques Dornelles (PDT-RJ), sairá um re-

latório que os parlamentares da Bélgica, Itália e Holanda levarão aos investidores estrangeiros no Brasil, denunciando a real situação da região onde se encontra o grande Projeto Carajás, que envolve investimentos de quase US\$ 60 bilhões. O conflito armado já é conhecido como «a guerra do Bico do Papagaio» (Página 5)

Sul

A "guerra do Bico do Papagaio", com toda a sua barbárie e requintes de lei-do-cão, chega hoje, finalmente, ao Congresso Nacional e a parlamentares europeus, que se encontram no Brasil participando da XII Conferência do Parlamento Latino-Americano e Europeu. A antropóloga Iara Ferraz, da Companhia Vale do Rio Doce; e o pesquisador de campo, Raimundo Gomes, estarão reunidos hoje com os deputados Arthur Virgílio (PMDB-AM); Ademir Andrade (PMDB-PA); José Genoíno (PT-SP); Jacques Dornelles (PDT-RJ) e mais cinco deputados da Bélgica, Itália e Holanda, na Comissão do Índio da Câmara. Será às 9 horas, e o objetivo é relatar a dramática situação em que está vivendo a população dessa região, que envolve o oeste do Maranhão, o norte de Goiás e o sul do Pará — em função dos conflitos armados entre posseiros, índios, garimpeiros, jagunços, policiais e religiosos por causa de terra.

Pretende-se que na reunião, os parlamentares europeus mostrem aos investidores estrangeiros a real situação da região onde se encontra o Grande Projeto Carajás, projeto que envolve investimentos de quase US\$ 60 bilhões.

"Lá é guerra mesmo", disse ontem o pesquisador Raimundo Gomes, do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular — CEPASP —, que trouxe documentos, fotografias (inclusive as publicadas nesta página) e relatos sobre a "verdadeira chacina do Bico do Papagaio". No Congresso, ele recebeu informações de Marabá: nesta segunda-feira foram mortos mais 8 posseiros na cidadezinha de Arara. As baixas de parte a parte, segundo relatório, que ele apresentará hoje aos deputados brasileiros e europeus, crescem a cada dia em função do plano de Reforma Agrária anunciada pelo Governo. As estatísticas são difíceis, mas o sertanista Cláudio Romero, recém-chegado da região, garante que as mortes já ultrapassam a duzentos, somente este ano. Gomes irá denunciar aos parlamentares europeus a formação de um exército financiado por latifúndios do sul do Pará chamado Guarda-Rural. Esta "guarda" já vem atuando em todas as fazendas da região e recentemente a Associação dos Fazendeiros do sul do Pará tomou a decisão de comprar armas pesadas — metralhadoras e escopetas — e uniformizar seus homens.

A radicalização por parte dos posseiros, os chamados "sem terra" também é intensa. Grupos de camponeses estão se armando organizando para conquistar as terras a responder à violência dos fazendeiros.

"Em Marabá", conta Raimundo Gomes, "só se fala na nova guerra. O clima é de insurreição."

do Pará já está em pé de guerra



Nas fotos do pesquisador, a selvageria de uma guerra real. Possesiros assassinados, barracos queimados e muita impunidade

Contag denuncia mortes a Sarney

A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) — encaminhou ontem ao presidente José Sarney, denunciando os sucessivos assassinatos de trabalhadores rurais nos últimos 15 dias, nos Estados de Goiás, Pará e Maranhão.

Segundo a denúncia da Contag em Goiás, na fazenda Dois Rios — Arapoema, de propriedade de Gilson Santana, foi assassinado no dia 9 último um posseiro. Na mesma localidade foram mortos dois anos o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapoema e um membro da comunidade.

No Pará, na fazenda São João do Araguaia, mais dezesseis posseiros foram mortos por pistoleiros, comandados por Edmundo Virgolino, que dono da área.

Na fazenda Faisa, em Luzia — Maranhão, área de conflitos pela posse da terra, segundo afirma a Contag — foram assassinados domingo passado mais dois trabalhadores.

A Confederação dos Trabalhadores Rurais ressalta que no momento em que se anuncia a implementação da Reforma Agrária, a violência com recurso de pistoleiros e milícias privadas, desafiando desta forma a ordem constitucional, a Contag, no documento diz que confia nas medidas do Executivo para coibir esses crimes.

Habitantes de Rio Vermelho deixaram para trás tudo que possuíam

600 PESSOAS FOGEM DOS PISTOLEIROS EM XINGUARA

Na manchete do jornal "O Liberal", um clima de guerra que Brasília começa a se acostumar.

Como atuam as Milícias Armadas

Um verdadeiro barril de pólvora às vésperas de uma grande explosão. É assim que os especialistas em Amazônia definem o Bico do Papagaio. A última grande chacina, que será relatada hoje em detalhes aos parlamentares brasileiros e europeus, ocorreu na cidade de São João do Araguaia, Pará, às vésperas do último fim de semana. Aqui o relato do pesquisador Raimundo Gomes.

«A chacina ocorreu à altura do km 30 da Transamazônica, no castanhal denominado «Uba», área pretendida por Edmundo Virgolino.

No dia 13 de junho, às oito horas, Edmundo chega à área acompanhado de cinco pistoleiros, que andavam no táxi, Corcel II, de propriedade do próprio Virgolino, para executarem os posseiros que ocupavam a área.

Pegaram, de início, o posseiro de nome Messias Guedes, que conversava com sua irmã, que mora nas proximidades, não foi morto porque um dos pistoleiros era um irmão seu (adotivo) que o reconheceu.

Deixaram Messias aguardando enquanto foram fazer o primeiro tiroteio, atacando os posseiros que se encontravam à margem da rodovia, sob domínio do DNER. Mataram os posseiros João Vilarins, 30 anos, casado, pai de dois filhos, menores, e Francisco Pereira Alves, de 18 anos, solteiro. Voltaram, mandaram Messias desaparecer da área e seguiram de mata a dentro, voltando somente às 13 horas. Contaram para o Edmundo que o saldo seria de 14 mortos.

No dia 16 estiveram na área,

agentes da Comissão Pastoral da Terra acompanhados de um soldado da Polícia Militar do Estado e de 15 posseiros, onde localizaram, dentro da mata, os corpos de três pessoas, sendo dois homens e uma mulher, além dos dois que já tinham sido enterrados no dia 15, por seus familiares. Tiveram informações de que no hospital da FSESP de Marabá se encontravam dois posseiros gravemente feridos.

No dia 17, voltaram à área o advogado da Comissão Pastoral da Terra e o médico legista, Osvaldo Ferreira, para que fosse feita a autópsia dos corpos que se encontravam na mata.

Estão sendo tomadas providências para abertura de inquérito, tendo em vista que o mandante e os pistoleiros se en-

contram impunes e trafegando livremente na cidade de Marabá, município vizinho.

Dia 16 às 19 horas, em São Domingos do Araguaia, com a participação de 500 pessoas, houve uma grande manifestação, seguida de uma missa celebrada pelo padre Robert Valicourt, onde a população exigia a punição dos culpados e protestava contra a violência policial e de pistoleiros, que prometem voltar à área.

As «milícias armadas» denunciadas pelo presidente do Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas — Gebam, Donato Cardoso, já estão em plena atuação no sul e sudeste do Pará, área do projeto Grande Carajás, pois fato idêntico e recente ocorreu na fazenda Surubim do grupo Nelito S.A., e nenhuma providência foi tomada».

Governo apronta campanha log

Deverá ficar pronta ainda final desta semana a campanha de esclarecimento público do presidente José Sarney sobre o projeto de reforma agrária, que como base a aplicação do Estatuto da Terra. O objetivo da campanha é mostrar à sociedade que o governo pretende implantar «A paz na terra».

Segunda-feira à noite no Palácio do Planalto, Sarney, acompanhado de alguns assessores diretos, viu pela primeira vez o projeto da campanha. O presidente sugeriu algumas modificações na campanha, por entender que alguns pontos não estavam muito claros. Os trabalhos estão sendo executados pela agência publicitária MPM, sob a supervisão do publicitário Nelson Salles. Ontem o presidente era José Gomes da Silva, pedreiro de trabalhos que dão «um certo grau de confiança» ao governo.

«O governo poderá colaborar com deficientes...»

Deputados criam grupo que fiscaliza Carajás

Os parlamentares brasileiros contrários ao Projeto Carajás e que defendem modificações em sua implantação, e representantes de parlamentares da Europa e América Latina, deliberaram manter um canal permanente de comunicações, para troca de idéias sobre a execução de Carajás e atuação conjunta frente aos governos, entidades internacionais e agências que participam de seu financiamento e implantação.

Parlamentares europeus de diferentes nacionalidades se reuniram com os deputados Irma Passoni (PT-SP), José Genoíno (PT-SP), Jacques Dornelles (PDT-RJ) e Ademir Andrade (PMDB-PA), discutindo sobretudo a preocupação dos parlamentares estrangeiros com as implicações sociais do Projeto Carajás e as consequências ecológicas de sua implantação. Eles analisaram, ainda, como vem sendo feita a implantação do projeto e as previsões de futuros financiamentos do Banco Mundial e da Comunidade Econômica Europeia.

O parlamentar belga Vandei meulen Broucke analisou conjuntamente os empreendimentos de Carajás e Tucuruí, considerando-os pouco preocupados com a situação dos índios, dos expropriados, de dimensão exagerada, nem sempre suficientemente cuidados com a preservação do meio ambiente, mas admitiu que a preocupação maior da CEE está

nas jazidas, na estrada de ferro e no porto, onde investiu.

Em diferentes intervenções nos debates, os deputados brasileiros destacaram que Carajás e Tucuruí foram realizadas por governos ditatoriais, que em momento algum ouviram o Congresso. E mais: os parlamentares que buscaram aprofundar as informações sobre Carajás foram perseguidos pela polícia política e o ex-presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Lissânias Maciel, que propusera um projeto alternativo para Carajás, terminou sendo cassado durante o Governo Geisel.

O deputado José Genoíno informou que existem pelo menos 50 deputados radicalmente contra o Projeto Carajás e outros cem que adotam uma postura crítica, quanto àquele empreendimento. E explicou a razão: "Somos contra sua concepção econômica. Trata-se de projeto concebido para beneficiar grupos econômicos brasileiros e estrangeiros que, quando de sua implantação, e ainda hoje, gerou e continua gerando violação de direitos humanos, grilagem, especulação".

O deputado Ademir Andrade, eleito pela região, admitiu a existência de "certo cuidado" no que diz respeito à ecologia, mas considerou as isenções tributárias e fiscais pelo prazo de dez anos — IPI, ICM, ISS, Imposto de Renda — danosas à economia regional.

Europa culpa os latinos pela crise

CORREIO BRAZILIENSE

21/06/1985

Página 11

Parlamentares europeus acusaram os governos latino-americanos de responsáveis pela crise econômica em que estão seus países. Denunciaram gastos excessivos em armamentos, desvio de verbas para obras desnecessárias e corrupção. O socialista alemão Rolf Linkhor chegou a afirmar: "Tragam o dinheiro que foi desviado para as contas particulares na Suíça e então conversaremos sobre uma maior ajuda por parte da Comunidade Européia".

Ele ainda acusou a Argentina de ter aumentado seu potencial bélico e garantiu que a CEE "não irá permitir que o general Augusto Pinochet não pague a dívida chilena". Também culpou governos argentinos por terem trocado pesos em dólares e enviado para a Suíça, e disse que "não cabe aos pequenos pagarem por essa dívida".

O democrata-cristão Giusepè Ligios, da Itália, lembrou que a Europa atravessa "sérias dificuldades econômicas com 13 milhões de desempregados, o que equivale a 20% da população da Comunidade Européia", e completou afirmando que "não se pode imprimir dinheiro para dar de presente".

Por outro lado, a socialista italiana Carla Barbarella afirmou que "se houve erro tático por parte dos governos latino-americanos", ou seja, "uma utilização improdutiva e especulativa dos recursos externos", a Comunidade "pode ter uma certa responsabilidade". Para ela, a nível internacional, "a situação complicou-se desde que desapareceram as taxas fixas de câmbio". Citou também que "os países do Terceiro Mundo desejam empréstimos a médio prazo, enquanto os recursos bancários são a curto prazo".

Para a parlamentar socialista, "deve haver um diálogo político global", mas a Comunidade Européia deve abrir suas fronteiras para os produtos latino-americanos e sobretudo "deve haver uma cooperação financeira e econômica com estes países". E salientou que "a América Latina sabe que a Comunidade Européia vive hoje uma crise".

Carla Barbarella disse ainda que é injusto que "os países utilizem suas riquezas conquistadas para pagamento de dívidas e disse que se limitou em 20% das exportações o pagamento da dívida e taxas de juros pelos países devedores da América Latina".

Dívida latina em discussão

Os Parlamentos da América Latina e a Comunidade Européia estarão reunidos com parlamentares dos Estados Unidos, de 10 a 13 de outubro em Montevidéu, para a discussão exclusiva sobre a questão da dívida externa. Na próxima semana, em Washington, os europeus estarão reunidos com os norte-americanos, a fim de debater um estudo comum a ser apresentado na reunião.

Representantes da Comunidade Européia defenderam o estudo conjunto da dívida externa, mas ressaltaram que para "haver um trabalho conjunto deve ser encarado com seriedade pelos países devedores". Afirmaram que "enquanto os europeus elaboravam uma ata final da VII Conferência Interparlamentar, os latinos estavam ausentes".

Outro parlamentar europeu, Horst Langes, democrata cristão da Alemanha, previu maiores dificuldades de entendimentos com o Parlamento Latino-americano, com a entrada de Cuba, chegando a afirmar que a linha de trabalho "será influenciada pela ideologia cubana". Sua declaração foi endossada pelo liberal italiano Jas Gawronski, que "teme momentos muito difíceis nas relações interparlamentares".

Alfred Lomas, do grupo socialista europeu, contestou a afirmação do parlamentar liberal, ao afirmar que "eles falam apenas por uma parte do Parlamento Europeu e que espera ter uma relação frutífera com o Parlamento Latino-americano". Carla Barbarella, também socialista, está satisfeita com a entrada de Cuba e a readmissão de Nicarágua. Disse que há "necessidade de uma solução política e conjunta para a crise econômica" e que a admissão de Cuba nos garantiu "uma coesão continental que serviu como uma resposta significativa aos EUA".



21/06/1985

Página 11

Conferência divulga sua ata

A decisão de que nenhum país em desenvolvimento deverá dar mais do que 20% de seus lucros com exportação para pagamentos relativos à dívida externa, assim como o reconhecimento de que o endividamento externo latino-americano é um problema com aspectos políticos, econômicos e sociais que interessa igualmente aos países devedores e credores são parte das conclusões constantes da ata final da VII Conferência dos Parla-mentos Europeu e Latino-Americano, aprovada ontem pelas delegações dos 26 países presentes à reunião.

O apoio à reforma agrária como medida de justiça social, a rejeição da força como meio político e a proteção ao meio ambiente contra a exploração irresponsável dos recursos naturais constam também do documento final, de nove páginas.

Sobre endividamento a ata afirma que a Conferência "mostra-se insatisfeita com a política do FMI e dos bancos internacionais, que, impondo a esses países uma política de redistribuição mal orientada, impossibilita o desenvolvimento de seus mercados internos. Além disso "sublinha a estreita correlação existente

em cada país entre o desenvolvimento econômico, a estabilidade política e social e o respeito aos direitos humanos.

A Conferência "expressa a opinião de que as instituições de crédito privado, tendo assumido também altos riscos ao fazerem empréstimos a alguns países da América Latina, devem dar uma contribuição para a solução da presente crise financeira, cancelando uma parte de seus débitos pendentes. Em emenda à ata final foi aprovado também que a Comunidade Europeia deve assegurar que os contratos comerciais comuns sejam pagos em ECU (Unidade Monetária Europeia) e não mais em dólar americano".

A criação de um Instituto Euro-Latino-Americano, sob forma de fundação, que sirva como instrumento de cooperação cultural, entre as duas regiões, foi também aprovado pelos Parla-mentos. A sede latino-americana será em Brasília e a europeia em Madri. A base jurídica das duas partes será regulada de acordo com as determinações legais desses dois países e unidas por um Conselho Parlamentar, constituído de quatro deputados de cada lado.

Setúbal critica os países ricos na Conferência

O chanceler Olavo Setúbal disse ontem que caberia agora aos países ricos partilharem com os devedores os encargos na busca de uma solução para o problema do endividamento externo, uma vez que eles também são responsáveis pela geração do problema. "No processo de ajustamento verifica-se, entretanto, inaceitável assimetria de obrigações no tocante às políticas econômicas: enquanto os países em desenvolvimento são convocados a seguir rígidos parâmetros de reajuste, os países desenvolvidos se recusam a qualquer compromisso de maior disciplina multilateral", afirmou.

A crítica foi feita no discurso de encerramento da VII Conferência Interparlamentar Comunidade Europeia/América Latina. Setúbal afirmou que o problema do endividamento externo afeta a capacidade de investimento e o processo de desenvolvimento econômico dos países da América Latina, "praticamente convertidos em exportadores líquidos de recursos para os países ricos". Ele lembrou que no ano passado o Brasil transferiu 4% de seu produto interno para o exterior e comprometeu 40% de suas exportações com os pagamentos dos juros da dívida.

Setúbal, que em conversas particulares com deputados havia se manifestado contra a ideia de se realizar uma reunião parlamentar continental para tratar da questão da dívida, surpreendeu em seu discurso afirmando que a convocação da Assembleia, com a participação inclusive do Parlamento Europeu, representa uma iniciativa de alto significado. No entanto, fez uma advertência: os parlamentares que deverão reunir-se em Montevideo no próximo mês de outubro assumem, portanto,

uma grande responsabilidade: a de avallar de forma abrangente o problema, e contribuir para o encaminhamento de uma solução negociada".

Referindo-se ao ingresso no Parlamento de diversos países da América do Sul e Central — Argentina, Uruguai, Guatemala e Nicarágua — que "puderam escolher livremente seus parlamentos nacionais", o chanceler Olavo Setúbal disse esperar a que na próxima Conferência Interparlamentar "outros países venham juntar-se a nós". Setúbal não fez nenhum comentário sobre a admissão de Cuba, mas indiretamente chamou a atenção para a legitimidade da decisão, quando observou que "na maioria dos países do Continente, o sistema de eleições livres em bases multipartidárias tornou-se o critério essencial de legitimação".

"A América Latina ingressa em nova etapa de seu longo, e por vezes, acidentado percurso democrático", observou Setúbal em seu discurso, no qual a democracia foi amplamente enaltecida. Ao comentar que a crise econômica já não é mais sinônimo de anarquia política, lamentou que ela ainda não deixou de exercer influência nas tendências de mobilização social e de participação política.

"O momento em que vivemos demonstra que o ciclo autoritário não é uma fatalidade, e que o regime democrático pode canalizar com sucesso as demandas populares e construir pactos sociais mesmo em condições de crise sócio-econômica", concluiu o chanceler, para quem a comunidade e o Parlamento europeus têm um papel a desempenhar no processo de consolidação democrática da América Latina.

Europeus podem pedir interdição de Carajás

Os parlamentares europeus que visitaram, neste fim de semana, o complexo de mineração em Carajás, poderão solicitar a sua dissolução, por considerá-lo prejudicial ao equilíbrio ecológico da região, afirmou ontem Jaak Vonde-meu Lebroucké, integrante do grupo ecológico belga.

Segundo estudos apresentados pelos europeus, o projeto Carajás ocupa 11 por cento do território brasileiro, com uma superfície de 900 mil quilômetros quadrados, uma área maior que a Alemanha Ocidental e Espanha Juntas. Os estu-

dos dizem que se toda essa área for desmatada, aumentará a desertificação do nordeste brasileiro. Assim, tem-se advertido que a medida em que se vai avançando no desmatamento, surgem erosões no terreno, o que fatalmente acabará com o "pulmão da humanidade".

Os parlamentares europeus e latino-americanos visitaram o projeto Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí, encerrando a programação da 7ª Conferência Interparlamentar Europa-América Latina.

240 parlamentares visitam o Amazonas

Ao receber os 240 parlamentares de 5 continentes que participaram do 7º Congresso Latino-Americano, e que visitaram Manaus no último sábado, o professor Charles Belchier, assessor para Assuntos Internacionais do Governo do Estado, fez-lhes uma exposição da região amazônica e ao mesmo tempo falou-lhes dos problemas que hoje enfrenta a região.

Na sua exposição, Charles falou sobre as fantasias que se fala no mundo sobre a Amazônia e disse-lhes que eles tiveram oportunidade de ver que o Amazonas não era só índios e bichos selvagens. Segundo o assessor, o governo faz um grande esforço para desenvolver a região e que a mesma só poderá progredir sem a interferência e histeria de pessoas que falam verdadeiros absurdos sem nunca terem colocado os pés na Amazônia.

Respeito

Mais adiante, afirmou Charles: "O Amazonas está de braços abertos para receber aqueles que junto com o seu povo queiram encontrar soluções que tragam melhores condições de vida para seus habitantes. Entretanto, combateremos sem nos dobrar, aqueles que querem impor soluções descartadas em gabinetes, sem levarem em consideração as peculiaridades da região. Somos amazonenses, aqui vivemos e lutamos, e não admitiremos que nos olhem como se fôssemos selvagens, como tantos gostam de afirmar. Exigimos respeito, respeito pela nossa região e pelo nosso povo".

O professor Charles falou ainda das agressões que o Estado do Amazonas vem sofrendo nos primeiros 90 dias da Nova República por grupos políticos e industriais do Sul do País, falou das dificuldades que são impostas nos meios de transporte e abastecimen-

to interno. "o que nos leva muitas vezes a pensar que os homens que hoje estão no poder, não estão verdadeiramente conscientes do que representa esta região para a federação brasileira. As pressões financeiras e políticas, de certos grupos nacionais, acovardados com o perigo da concorrência do mercado, estão acabando por destruir o trabalho que levou anos e grandes sacrifícios para ser realizado e que mostrou e provou que o Amazonas é viável".

Prejuízos

Charles proferiu ainda: "Somos uma comunidade de lutadores e podem estar certos senhores congressistas, que lutaremos para que o imperialismo tanto nacional quanto estrangeiro não nos imponha soluções que nada tenham a ver com a nossa realidade. Lamentamos, isso sim, que homens que durante anos gritaram contra a ditadura militar, contra a entrega da Amazônia ao imperialismo internacional, hoje no poder se tenham acovardado, e que em 90 dias tenham causado mais prejuízos ao Amazonas que os antigos governos militares durante 17 anos da existência da Zona Franca de Manaus".

Finalizando, o assessor pediu aos congressistas que ao deixarem o Amazonas, levem uma impressão da realidade, e que nos vossos parlamentos, principalmente no parlamento europeu, quando forem tomar decisões sobre financiamentos para a nossa região, sejam conscientes que esta região existe, que esta região tem uma identidade própria, que o povo desta região tem direito ao desenvolvimento e a melhores condições de vida, que principalmente, as riquezas do Amazonas, se tiverem que enriquecer alguns, em primeiro lugar que seja o seu povo".